

**Entrevista ao  
Vice-presidente e  
Vereador da  
Cultura da  
Câmara  
Municipal do  
Fundão**

**Dr. Paulo  
Fernandes**



**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**  
Covilhã | Portugal

**UBI – Mestrado em Ciências Documentais**  
**[2010]**

**Orientadores:**

Professora Doutora: Maria da Graça Sardinha

Professor Doutor António Pais

**Mestrando:**

Pedro Rafael Neto Gomes

**[Guião de Entrevista]**

**Apresentação e objectivos**

A realização desta entrevista insere-se na recolha de dados no âmbito do Mestrado em **Ciências Documentais** da Universidade da Beira Interior sobre **“A Biblioteca Escolar: Uma Rede de Aprendizagens. O Papel das Parcerias”**

Tem como objectivo conhecer a perspectiva do Vice-presidente e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Fundão, Dr. Paulo Fernandes, face à utilização da Biblioteca Escolar/ Biblioteca Pública ou outra tipologia de bibliotecas numa óptica de partilha/ parceria e uso comum dos mesmos espaços por públicos distintos. Uma abordagem aos conceitos *joint-use libraries* e *dual-use libraries*.

Os dados recolhidos destinam-se a fins puramente académicos  
(Autorização para recolha de gravação da entrevista e divulgação de identidade)

**Entrevista ao Vice-presidente e Vereador da Cultura da Câmara Municipal  
do Fundão, Dr. Paulo Fernandes**



**1. Paulo Fernandes, Vice-presidente e Vereador Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Fundão, responsável pela BM, ao longo destes anos nas suas funções como autarca e antes como professora tem contactado, com técnicos de bibliotecas públicas coordenadores de bibliotecas escolares, professores bibliotecários e directores de escolas e Agrupamentos. Na sua óptica, que factores é que contribuíram, foram decisivos, para ao fim destes 13 anos a Rede de Bibliotecas Escolares estar implementada em todos os Concelhos do nosso país?**

**Paulo Fernandes** - Bom, há de facto, por assim dizer, dois, duas dinâmicas que levaram claramente a que hoje possamos uma cobertura dita universal em todos os concelhos das valências das bibliotecas escolares.

Uma primeira dinâmica, ao fim ao cabo prendesse com a própria reforma escolar que nos últimos anos foi bastante acelerada que levou a que as escolas não fossem entendidas numa lógica de agrupamento e dentro dessa perspectiva houvesse uma linha de verificar se todas essas geométricas que foram constituídas a partir dos agrupamentos se podiam também, mais do que podiam, se deviam também, constituir como verdadeiros centros de recursos partilhados. Essa foi uma dinâmica muito forte, que foi claramente facilitadora de um processo da descentralização das bibliotecas escolares.

Uma segunda dinâmica, neste caso até diria, que por ser anterior, podia ser até a geminação daquilo que foi a derivação para o processo das bibliotecas escolares, foi obviamente a rede de bibliotecas públicas, a expansão da rede de bibliotecas públicas deu um forte impulso ao que seriam novas metodologias, novos processos, novas formas de entender a valência e equipamento biblioteca. E que claramente foram fundamentais em todo este processo, quer no apoio técnico quer no que é a lógica, digamos, do acervo partilhado, quer no que foi a própria modernização administrativa, que veio trazer, e que foi facilitadora nomeadamente em termos do que é toda a base de dados e a construção de base de dados e efectivamente a sua colocação e sua disponibilização à parte da, à parte do que eram os responsáveis pelos espaços bibliotecas escolares, onde as havia, nomeadamente nos graus de ensino a partir do 3º ciclo e do ensino, dito, secundário. Porque nos níveis inferiores só claramente essa questão dos agrupamentos é que vieram dar um impulso, enquanto as outras já tinham esse serviço. E por outro lado também ajudou muito na formação. Esta partilha foi uma perspectiva muito de cooperação técnica, e eu reconheço que a rede de bibliotecas públicas deram um empurrão muito grande, muito grande, ao que era a formação ou o apoio,



às vezes até com carácter informal, mas deram um empurrão muito forte ao que era a formação específica para os profissionais, geralmente docentes que estavam responsáveis pelas bibliotecas escolares, onde as havia, e onde foi necessária também as implementar, de facto foram beber muito aos conhecimentos que havia de alguns técnicos especializados, quer de técnicos profissionais, quer dos técnicos com formação superior que existiam nas bibliotecas públicas. Portanto, eu diria, que estas foram as duas dinâmicas imprescindíveis que permitiram que ao dia de hoje tivéssemos de facto esse alcance, desse objectivo de facto de termos essa universalização de oferta de bibliotecas escolares.

**1.1. No que se refere às Bibliotecas Públicas, embora o programa se tenha iniciado anteriormente, a abrangência de território é menor e ainda não estão instaladas em todos os Concelhos. O que lhe parece que ainda falta nesta dinâmica?**

**Paulo Fernandes** - Isso há dois ou três aspectos a ter em conta. Em primeiro lugar os equipamentos de bibliotecas públicas a rede de bibliotecas públicas, é uma rede que tem um caderno de encargos muito estruturado, muito exigente, o que faz que nem todos os municípios podem ter escala, escala necessária e suficiente para ter uma biblioteca nível 2, já nem me refiro a uma biblioteca nível 1, porque ela também corresponde a rácios de população muito elevados e que não correspondem a mais de 2/3 do que são as realidades dos municípios portugueses. Mas em relação a esses que estariam na biblioteca nível 2, mesmo assim, estamos a falar de um quadro muito exigente, estamos a falar de um equipamento que têm um custo financeiro, é um investimento muito avultado e evidentemente pode ter havia municípios que têm uma escala muito curta e que não sentiram de facto, não deram, digamos, essa priorização dentro que era o quadro de enormes investimentos que podiam necessitar a que se fizesse uma biblioteca, nomeadamente nível 2. Este é um aspecto.

O segundo aspecto é que de facto estas dinâmicas que nós fomos assistindo entre o que são as bibliotecas, dita municipal, pública, e as bibliotecas escolares, pode ter havido vários casos, onde, no caso do Fundão esse assunto, digamos a Biblioteca Pública foi claramente, andou um pouco à frente em relação ao que foi o quadro depois das bibliotecas escolares e ajudou a enquadrar claramente a modernização e a concepção de um novo equipamento, ajudou claramente ao que foi não só haver de facto bibliotecas escolares como todos os Agrupamentos as terem. Nós temos, essa situação, no meu entender, bem resolvida. Mas pode ter havido casos ao contrário, em que houve, as bibliotecas escolares andaram à frente e então numa perspectiva até de eficiência colectiva e de optimização e racionalização



de recursos possam os municípios ter optado por, de facto, fazerem os protocolos, fazerem os sistemas de cooperação com a escola, e a própria escola funcionar aqui como oferta pública digamos desse tipo valência. As duas situações se colocam claramente. É claro que eu considero que necessariamente o quadro de exigências o caderno de encargos é muito exigente quer a nível de investimento, quer a nível até técnico e nesse sentido alguns municípios sentiram-se um pouco inibidos perante a sua escala, perante as suas prioridades de avançar para uma biblioteca de nova geração, por assim dizer, como equipamento cultural, aqui, no caso do Fundão considerámos absolutamente prioritário que foi o primeiro equipamento cultural da primeira geração, foi por aí que nós começámos.

**2. Em alguns Concelhos onde existem Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares não existe o serviço de SABE (Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares), considera este serviço prioritário e fundamental para a existência de uma real parceria entre estas instituições?**

**Paulo Fernandes** - Obviamente, eu diria, eu não conceberia a biblioteca, dita pública, e as bibliotecas escolares, a rede de bibliotecas, de oferta de bibliotecas do município que não fosse com esse serviço. Diria que uma coisa quase que exige a outra, são duas caras, ao fim ao cabo da mesma moeda. Há aqui duas ou três questões a assinalar. Em primeiro, logo a primeira grande questão, a perspectiva de ofertas, falo obviamente das procuras e hoje sabemos como em tudo os acervos, obviamente, que as bibliotecas têm, quer dos seus acervos em termos dos seus documentos, do seu fundo documental clássico, livro, quer os seus fundos documentais, digamos novos, em termos do que são os formatos audiovisuais hoje em dia são tão necessários. Todos os dias parecem novos formatos que as bibliotecas têm que obviamente aderir. Perante obviamente públicos, mesmo dos públicos mais novos, mas depois disso corresponde, obviamente, a uma exigência, diria, que acompanha todas as gerações, procuram também maior especialização em termos dos conteúdos que procuram nas diferentes bibliotecas faz com que nós tenhamos, e há uma segmentação da oferta por públicos, por idades, por interesses tudo isso faz com que haja uma base comum uma oferta comum, permita de facto uma disponibilização rápida e em tempo oportuno, comum, por isso essa lógica de cooperação é absolutamente essencial. Por isso temos outras componentes, não vão só pelo fundo documental, a componente técnica, é absolutamente essencial, a componente dos programas ligados à dinamização e animação dos diferentes espaços e obviamente, sempre o fomento da leitura como pano de fundo dentro do que são as diferentes



linhas, objectivos, é absolutamente essencial. E outros serviços, novos serviços que hoje se impõem, como por exemplo, a disponibilização a itinerância dos próprios acervos, ou seja os acervos e os fundo documentais irem a ter com as pessoas, onde as salas de leitura das bibliotecas também se constituem salas de leitura, onde alguns fundos documentais dispersos constituem como salas de leitura, são absolutamente essenciais dentro dessa lógica de haver aqui um serviço de apoio comum ao que é a rede de bibliotecas municipais. É assim que eu entendo, entendo uma biblioteca pública municipal que depois onde entroncam várias bibliotecas escolares. É assim que eu olho, digamos, para a árvore, a árvore de biblioteca municipal. É assim que eu olho para ela.

### **2.1. Encara outras formas de cooperação? Partilha?**

**2.2. Na sua visão esta parceria/ cooperação deve, e pode, ir até onde? (empréstimos interbibliotecas; portais concelhios; catálogos colectivos, horas do conto, animação....)**

**Paulo Fernandes** - Todas essas áreas são absolutamente essenciais. E também evidentemente o próprio aumento do fundo documental, não vamos esquecer dessa parte que para além, digamos, da dinamização e animação de equipamentos e do fomento da leitura e digamos da facilitação do acesso, em termos de do que é que são redes de informação comuns, etc. Plataformas comuns de informação, é uma questão também essencial. A própria qualificação do nosso fundo documental, o próprio aumento, que é uma exigência, obviamente, de actualização que nós temos permanentemente é muito mais fácil fazê-la colectivamente entre o que é a cooperação entre o município e a rede escolar.

A procura é exigente. Felizmente. A partir desta relação, nós hoje temos uma nova geração de utilizadores e utentes da biblioteca que se calhar há uns anos atrás pensávamos que não iríamos ter. Porque, basta ver as taxas de ocupação da biblioteca e que também sentimos nos espaços escolares. Mas eu vejo na biblioteca municipal, vejo de facto o número de leitores, o número de livros emprestados, o número de pessoas que passam anualmente, tem de facto uma taxa de penetração naquilo que é a nossa dimensão é absolutamente extraordinário. E isso é de facto um trabalho colectivo, é um trabalho de facto que acima de tudo leva a que as pessoas voltem a ver a biblioteca como um espaço de cultura referencial até um espaço cívico referencial e isso é muito interessante, muito importante, para a formação dos nossos jovens, e não só, e até para o bem-estar dos nossos adultos, que vêm neste



espaço, um espaço que gostam, que pesquisam onde se sentem bem, e onde também interagem e criam, participam na própria gestão e dinamização do espaço.

### **2.3. Onde podemos incluir (envolver/ participar/ dinamizar) a restante comunidade local?**

**Paulo Fernandes** - Olhe, eu acho que a comunidade, de uma forma geral, em primeiro lugar há uma identificação muito forte com o espaço biblioteca. Ou seja enquanto há outros espaços culturais, até componente de auditórios, ou outros mais, mais, especializados, onde de facto não há uma relação tão natural, as pessoas vão um pouco mais a medo, vão numa lógica mais de descoberta, na biblioteca, temos uma grande vantagem, que é que as pessoas, todas interagem naturalmente com a biblioteca, todas mais ou menos, mais coisa, menos coisa, todos já requisitaram um livro, já tiveram essa experiência. Digamos, o nível mínimo de interacção com a biblioteca, que pode ser requisitar um livro ou pedir um livro na sala ou uma revista para ler, isso faz com possa ser explorado em termos do que é participação e dinâmicas de participação, eu diria a todos os níveis. Desde logo uma primeira que é a questão do respeito pelo objecto, livro, se há algum trabalho que hoje as bibliotecas fazem, que de alguma forma tem vindo até a resistir a alguns profetas que diziam que o livro, como objecto, estaria condenado, é eu de facto hoje sentimos que o livro voltou a ser um objecto de algum culto, de algum cultivo, e isso é muito importante e faz com que na linha da participação possamos que essas pessoas nos ajudem a salvaguardar o livro e não os deem fora e nos ajudem, até, a melhor os nossos acervos, o nosso fundo documental, com dívidas, com campanhas de captação de livros e de outro tipo de documentos. É um dos caminhos que as pessoas podem participar. Depois, hoje, as bibliotecas também são espaços animados, ou seja, espaços animados, até com alguma segmentação de oferta, orientadas para os diferentes públicos, desde os mais jovens aos adultos. Por isso dentro dessa linha da animação e dos programas de fomento da leitura, as bibliotecas hoje podem receber a nível de voluntariado dos mais jovens aos mais adultos, até aos já reformados podem ser de facto activos e essenciais para essa animação e dinamização dos espaços de bibliotecas. Mas também podem ser activos muito importantes para o que hoje a biblioteca não é só um equipamento, não se resume, digamos, à fronteira da porta, hoje a biblioteca quer esses espaços abertos, que interagem com a comunidade, que interagem com outros equipamentos, com outros espaços, que permitam de facto outro tipo de relação com a comunidade. E, por exemplo em termos de leitura, leituras mais ou menos dramatizadas, são de facto essas pessoas, essas pessoas com alguma disponibilidade, do seu tempo, são de facto muito úteis para poderem levar os livros a leitura, a pessoas que não tenham essa disponibilidade, por exemplo falo dos hospitais, ou até em termos de participação de actividades de complementar actividades de índole cultural fora, digamos, do espaço biblioteca. Depois ainda há uma terceira vertente que eu considero também, de facto, importante, que é por assim dizer que é a parte cívica da questão. Eu acho que o efeito da participação das pessoas, das pessoas se apropriarem do espaço, as pessoas sejam ao mesmo tempo, digamos, utilizadores mas também sejam exigentes, digamos, enquanto utentes. Por isso o carácter de avaliação permanente, de necessidade de estarmos



permanentemente em ouvir, auscultar, temos sistemas que as pessoas deixam as suas sugestões, as suas informações, os seus gostos, os seus pedidos, são lógicas, digamos, de participação cívica muito interessantes e que fazem com que os equipamentos de biblioteca tenham no ponto de vista organizativo, comparado com outro tipo de equipamentos, por assim dizer, um quadro de pessoal, geralmente, muito mais profissionalizado, muito mais ciente, digamos, das funções, muito organizado, muito eficiente e sempre num diálogo directo com muita proximidade com o utente, onde a linha da avaliação, da resposta, geralmente têm percursos muito curtos, muito simples e muito coerentes do ponto de vista daquilo que as pessoas procuram naquele espaço, daquilo que podemos oferecer, e daquilo que aqueles que procuram e aqueles que oferecem, podem fazer em comum para melhorar a vivência do espaço.

### **3. Actualmente contamos com a Rede de Bibliotecas Públicas e a Rede de Bibliotecas Escolares e relativamente às Bibliotecas Universitárias? Também encara a necessidade da existência de uma Rede Nacional de Bibliotecas Universitárias?**

**Paulo Fernandes** - Olhe, o que me admira é ainda não existir. E sentirmos que esse trabalho ainda está um pouco por fazer. Eu vejo, se olharmos para aqui, o eixo daqui do interior, eu diria que só universitárias também incluem a oferta dos politécnicos. Parece-me que era essencial, lá está, haver aqui, no mínimo, um banco de dados eventualmente comum, ou uma plataforma onde se possa perceber o que existe porque que, sobretudo, na linha do conhecimento, e à maneira, obviamente, que os graus de conhecimento se tornam cada vez mais exigentes, a especialização, evidentemente, é enorme. Sabemos, o quanto custa ter uma biblioteca especializada, digamos, em determinados capítulos, é algo que não só custa muito dinheiro, como acima de tudo muito tempo, muito tempo, não se faz de um dia para o outro. Não é só há custa, digamos, de talonário, que se resolve esse problema, é preciso um conhecimento muito especializado, muito apurado, é preciso as próprias bibliotecas estarem inseridas nas redes às vezes temáticas para poderem ir buscar algumas peças documentais, que lhes fazem falta. Portanto eu diria que esse caminho, é um caminho em primeiro de alguma horizontalidade, ou seja, que as universidades e diferentes politécnicos possam, de facto, ter essa horizontalidade em termos de um serviço comum. E depois, porque não? Até, em termos de uma linha, vamos chamar, mais verticalizada com as bibliotecas escolares dos vários graus de ensino poderem também ter plataformas efectivamente comuns, obviamente, interagindo permanentemente com as bibliotecas públicas que evidentemente aqui são parceiros, fazem parte do mesmo tronco. Mas eu já ficaria contente, pelo menos ao nível de alguma horizontalidade, que as próprias universidades se organizassem, nem que mais fosse, por temáticas, ou seja, houvesse um banco de dados de oferta dentro dos livros, da física, da



química, da matemática, de outras áreas do saber, nem que fosse organizado pelas áreas do saber, houvesse essa linha do que é que é o fundo documental universitário que existe nessa área, coisa que eu desconheço que exista, apesar de ao dia de hoje, verdade se diga, a maior parte das bibliotecas, que conheço, estão em grandes processos de realização de digitalização de todos os seus processos, o que à partida deve ser facilitador, feito esse trabalho de base de anos e anos a fim de introduzir os dados, ter de factos listagens, obviamente, digitalizadas de processos, de facto, organizados com softwares adequados, parece-me relativamente simples, havendo a vontade, evidentemente, e percebemos essa vontade, ser relativamente simples de criar essas plataformas comuns.

**3.1. Se sim, vislumbra esta rede sob a alçada de que ministério? O do Ensino Superior? Passaremos a ter a RBP sob a alçada do Ministério da Cultura e das Autarquias, as Bibliotecas Escolares sob o do Ministério da Educação e uma possível rede de Bibliotecas Universitárias no Ministério do Ensino Superior?**

**Paulo Fernandes** - Pois, essa é uma boa questão. Digamos, o regime de tutela, eu acho que se há uma coisa boa, o que estas novas plataformas hoje, estas plataformas digitais permitem, é que rompem com estes modelos administrativos, porque exactamente os modelos administrativos funcionavam numa altura em que o conhecimento e as redes de informação eram, perfeitamente, analógicos e como tal a sua presença física, obrigavam a um zelador, neste caso da administração, em que as coisas estavam todas muito compartimentadas. Se há algo que nós já percebemos que nos dias de hoje que não funciona, é que o acesso à informação seja compartimentado, tenha, digamos, duplas portas e triplas tutelas. Por isso, eu acho que isso funciona muito bem numa lógica de protocolo inter ministerial, sem mais, uma muito simples, uma ferramenta muito simples, porque o que se está aqui a construir, é uma plataforma, é uma plataforma de comunicação e de informação, para que o cidadão saiba, o que há, onde está e como pode aceder. E isto não necessita, digamos, não é uma questão por ai além de tutela, é uma questão é de cooperação, inter administrações inter ministerial, muito simples de natureza perfeitamente simples, porque neste país por vezes perde-se muito tempo a discutir, por assim dizer, o topo da pirâmide e pouco de como se formata a base, a base da pirâmide. Mais de quem decide e quem manda, o importante aqui, é que a informação esteja, seja colocada numa plataforma comum e que tipo de plataforma é essa, e como é que de facto, se pode lá aceder. A questão depois da tutela neste caso parece-me menor, até porque, se formos ver bem, estamos a falar de regimes com grande dose de autonomia, porque as



bibliotecas universitárias pelo grau de autonomia que hoje em dia têm as universidades dependem, evidentemente, da gestão e da dinâmica, digamos, vamos chamar da sua administração, do limite da sua reitoria, enquanto grande parte, 99% das bibliotecas públicas estão nas mãos dos municípios que também têm de facto um enorme grau de autonomia e as próprias escolas, a rede de bibliotecas escolares, hoje em dia, também, diria, que também têm um certo grau de autonomia, em termos do que o novo modelo de administração e gestão escolar. Portanto, digamos, temos a suficiente autonomia todos, para sem necessidade de tutelas, por aí além, criarmos de facto o modelo, para termos de facto essa versatilidade de ao dia de hoje, de poder de decisão, eu para fazer um protocolo com a Universidade da Beira Interior, não preciso pedir qualquer tipo de autorização, nem eu, nem a Universidade da Beira Interior, por exemplo, de qualquer tipo de autorização da tutela do ensino superior, ou da Educação, ou da Cultura para fazer o que quer que seja em termos de uma Plataforma comum. O que eu considero, é que, seria muito interessante, que fosse um projecto nacional porque aí, teríamos, digamos, possivelmente economia de escala e até uma optimização de recursos para além de, possivelmente, uma solução final muito mais qualificada se esse projecto fosse entendido como uma prioridade nacional, como acho, que deve ser num país tão pequeno, onde os recursos são tão escassos, tudo o que possamos fazer em termos de plataforma comum, acho que, em nome do cidadão só temos a ganhar.

### **3.2. Não haverá necessidade de alguma fusão no que diz respeito ao grande Projecto Nacional de Promoção da Leitura e das Literacias? Onde todas estas tipologias de bibliotecas se pudessem entrelaçar**

**Paulo Fernandes** - Completamente de acordo. É verdade que tem havido alguns programas e programas que perante até, vamos lhes chamar, o custo/benefício, considero programas de franco sucesso, porque são programas que têm muito poucos recursos para efectivamente o efeito que trazem, nomeadamente o Programa Nacional de Promoção da Leitura e, digamos, os seus upgrades diferentes, e os seus diferentes nomes, que há vários anos, e paralelamente à questão da rede de bibliotecas públicas e das escolares tem de facto aparecido e tem sido desenvolvido este programas têm tido um bom efeito. Mas eu acho que hoje o que faz falta, obviamente continuar com essa aposta, porque é um trabalho nunca está acabado, é um trabalho inacabado, está permanentemente em aberto. Mas considero que esse projecto nacional de facto esse projecto Nacional, termos a nossa oferta integrada, aquilo que é nomeadamente em termos dos fundos documentais, e não só, aquilo que são os nossos



recursos bibliográficos, por assim dizer, isso é essencial. Mais até porque hoje somos um Mundo Global, nós temos várias bibliotecas, quer públicas, quer privadas, das universitárias, que já estão nas redes internacionais, como nós sabemos, por isso, eu acho, que até é um pouco estranho, e mais uma vez a defesa da nossa língua, porque as bibliotecas também guardiões do nosso principal activo desenvolvimento, que é língua portuguesa, nós devíamos ter uma escala maior, temos plataformas bem constituídas em termos de um projecto nacional, em todas as suas dimensões, para a parte universitária, para possivelmente podermos interagir com redes internacionais, digamos, sobretudo universitárias de grande qualidade que existem que prestam de facto esse serviço ao cidadão directamente. Se eu quiser hoje aceder à biblioteca de Oxford, consigo de facto aceder sem que necessariamente ter de pedir autorizações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a livre circulação, de livre conhecimentos, temos que nos aperceber que nos tempos de hoje e está de facto na altura deles, e eu reconheço que em relação a isso falta, de facto, esse projecto nacional em termos do que é a rede de informação ligado à parte das bibliotecas.

#### **4. E o Plano Nacional de Leitura? Encara-o como um Plano com múltiplas possibilidades, entre elas o fomento desta parceria entre as Bibliotecas Públicas e Escolares?**

**Paulo Fernandes** - Sim, sem dúvida, ele está muito orientado para, digamos, o fomento dos leitores de base, está muito fomentado, está muito orientado para fomentar os hábitos de leitura, por isso se os públicos, aí são públicos, obviamente, em idade escolar as bibliotecas abrem-se em termos dos seus programas a esses públicos, como primeiro público, naturalmente que tem ajudado a criar um plano de actividades que corporizam essa estratégia de fomentar a leitura nomeadamente nas populações mais jovens.

Se calhar há aqui um ou outro aspecto que era sempre importante que era por um lado continuar a fomentar a formação de todos os profissionais, manter, de facto, essa chama viva. E dada a segmentação que hoje temos de público, que é muito grande, olharmos para uma classe que tem muita importância, até pelo envelhecimento que temos da população, que é a população um pouco mais envelhecida, a população reformada, que é um público que são tradicionalmente leitores, leitores acessos, e que poderia também este Plano ajudar com, por exemplo, fomentar a questão dos círculos de leitura, que são actividades bastante interessantes. O que falta, de facto, hoje ao Plano, é alguma segmentação, ou seja, hoje os tipos de públicos por um lado, são os infanto-juvenis, os jovens, os adultos os mais velhos e por outro lado até pela linha dos fundos documentais, ou seja não é a mesma coisa trabalhar o livro, enquanto objecto, nas sua milhentas classes, do que possa ser trabalhar, por exemplo, a questão do cinema do DVD ou da música ou de outro tipo de sistema de informação que as bibliotecas possam ter, e isso falta um bocadinho no Plano Nacional que, digamos, as



questões estão muito centradas na questão do livro, falta um bocadinho abrir para outro leque de acervos que as bibliotecas, também, obviamente, começam a ter, e com alguma dimensão.

**5. Como encara a possibilidade de uma Biblioteca de uma determinada tipologia prestar um serviço efectivo e ser gerida duplamente por outro tipo de intervenientes? Por exemplo uma biblioteca escolar servir uma comunidade durante o período não lectivo? Vantagens? Desvantagens ou obstáculos? (Questão não efectuada)**

**6. Algumas autarquias do nosso país, nomeadamente Óbidos e Oeiras, estão a intervir na construção de espaços escolares distintos (JI e 1ºECB) com a envolvência de zonas ajardinadas, pavilhões desportivos, auditórios e especialmente Bibliotecas. Estas valências são para utilização de toda a população local. A empresa *Parque Escolar* tem no seu conceito a construção nomeadamente de Bibliotecas Escolares com acesso directos para o exterior. Este conceito só será possível com a implementação deste tipo de escolas comunitárias?**

**Paulo Fernandes** - Primeiro, como princípio estou completamente de acordo que equipamentos destes tenham essa dupla função, são equipamentos muito bons, obviamente, em termos do que é a sua implementação escolar, serve numa primeira linha, mas que têm de facto a potencialidade de quando tiverem essa capacidade devem abrir à população em geral, desde que reúnam as condições para isso. Se me disserem que, obviamente, é mais fácil, fazer esses equipamentos de raiz, pelas exigências é verdade que sim, eu lembro-me bem que aqui o caderno de encargos, ó que é que é a circulação de públicos e segmentação de público que o espaço biblioteca tem de dar, de facto, resposta, nomeadamente a secção de adultos, a sessão infanto-juvenis, as valências comuns que a biblioteca possa ter, como auditórios, espaço de estar, etc. por isso é mais fácil esses equipamento de raiz. Mas também digo que hoje estes processos são dinâmicos, claramente dinâmicos e temos que ver as respostas que a sociedade e comunidade tem e como é que ela está a apropriar-se dos diferentes equipamentos e espaço biblioteca, porque se pode dar o caso se virmos que uma biblioteca pública que de facto não está a ter a resposta, ou chegar à população e ao mesmo tempo seja necessário reforçar esse equipamento escolar, sendo um espaço relativamente próximo, a questão também se pode colocar ao contrário, ou seja que o espaço biblioteca desde seja nas proximidades da escola possam eles próprios, também, abrir-se mais e serem um completo da valência biblioteca em relação à parte escolar, ao contrário por questões, obviamente, de segurança, muitas vezes por



questões que nós sabemos que se prendem com a fórmulas de vivencia das bibliotecas dos diferentes públicos, considero que geralmente é mais fácil, apesar de também, nomeadamente o interior com a questão da desertificação, a questão da diminuição do número de alunos, e já o referi ao principio, que hoje em dia haja municípios que não tendo a biblioteca pública municipal, e havendo obras, a serem feitas, de adaptação ou requalificação no parque escolar existente, porque não? Criar, de facto, a suficiente versatilidade nesses equipamentos escolares de forma a poderem ter essa abertura ao público. Por isso eu diria que esse caminho deve, por uma questão de optimização de recursos, deve, evidentemente sempre, estar encima da mesa, que não deve ser só das bibliotecas escolares, deve ser também das bibliotecas públicas, como é que elas interagem com o público escolar e como é que a biblioteca escolar pode interagir com o grande público. Acho que isso é hoje uma questão, é uma questão obrigatória de ambos os espaços. Claro, sempre é mais fácil dar essa resposta, às vezes em situações feitas de raiz, obviamente, com um projecto de arquitectura de raiz da nova geração, obviamente, as respostas exigidas e com outro tipo, às vezes, de fluência, do que a adaptação de um velho edifício para dar resposta a este tipo de coisas, mas considero, de facto, que esse é que é o caminho.

**6.1. Que impacto social pode ter, na comunidade, um Biblioteca de uso comum ou que seja partilhada por públicos distintos? (Questão não efectuada)**

**7. Existem algumas experiências pontuais no nosso país que a BE está aberta fora de horas ou durante o período de férias escolares para servir a comunidade. (pequeno exemplo o que foi efectuada na BE de Alpedrinha durante o verão de 2008) como encara esta possibilidade tendo em conta os recursos humanos necessários para tal?**

**Paulo Fernandes** - Olhe, nós também já tivemos algumas experiências do que era tentar, a partir do equipamento da biblioteca itinerante dinamizar algumas salas de leitura mas sempre numa perspectiva de partilha de recursos, olhando para alguma junta de freguesia, para o que existe nas escolas do 1º ciclo, temos o professor, e procurar que eles próprios também funcionassem como zeladores desses espaços de leitura, nas juntas de freguesia e nas escolas do 1º ciclo, evidentemente, o ideal era, claramente, ter sobretudo nos centros de maior dimensão, ter de facto, um animador sociocultural, uma pessoa com formação na área que pudessem dinamizar essas sala de leitura, portanto eu considero, que as escolas, hoje, têm de facto um quadro de exigências muito superior ao que era há uns anos atrás, apesar disto hoje poder parecer até algo complicado numa altura, digamos, de grande contenção e restrições,



mas eu considero que em nome, de facto, de um ensino de qualidade e numa perspectiva de maior interacção e cooperação com aquilo que oferecem hoje as autarquias, que se abriram muito, dentro do que era as suas competências na área da cultura e na área da educação, isso é inegável, mas eu acho, que as escolas deviam abrir muito mais os seus quadros, dentro que é o pessoal não docente, eventualmente quando digo, não refiro que, podem haver muitas pessoas com a formação de professor que a partir do momento em que se especializa em determinada área, possam, de facto, cobrir essas vagas de pessoal técnico não docente mas que são essências para a dinamização e para a animação de determinadas valências que hoje as escolas têm, que a abertura, por assim dizer, das escolas à sociedade e à comunidade não poder ser só uma abertura formalista, eu acho que é uma abertura que tem de ter consequência em muitas áreas, em muito do que é o conteúdo alargado, dos conteúdos alargados da escola, do que é que é a relação com a comunidade, com os pais, com as instituições e também com as diferentes áreas importantes para a formação de uma criança, obviamente, são sempre, vamos chamar, as cognitivas, da formação do conhecimento, mas hoje também, as cívicas são muito importantes, e outras a nível comportamental também, e por isso sinto que essa questão, nem tudo hoje se deve colocar só ao nível de termos auxiliares educativos, em que tudo se resolve a partir do momento que temos alguém que toma conta das crianças, não, nós temos que ter cada vez mais a capacidade de ver em que áreas já existem excelentes valências, já existem, de facto, equipamentos e termos até soluções personalizadas perante o que é a situação de cada escola, de cada agrupamento, de cada, digamos, território escolar e sendo um dos equipamentos melhor estruturado, a questão das bibliotecas, parece-me obvio que a questão de termos pessoas ou de formação média ou formação superior que funcionem como animadores desses processos e dessas valências mas para isso as escolas teriam que ter a capacidade, parece-me a mim, evidentemente, cooperando, às vezes até dispostas, em alguns casos pelo município, pelas juntas de freguesia, por outras colectividades, mas não tenho dúvidas que as próprias escolas também tinham de fazer um esforço de aumentar os seus recursos em termos do pessoal não docente, ou reconverter alguns dos seus recursos do pessoal docente para essas áreas de dinamização das valências que possam existir.

**7.1. Quais os maiores obstáculos que se poderão colocar à implementação destas práticas?**

**8. A figura do professor bibliotecário, as suas funções, necessidades e perfil, como encara a recente institucionalização desta figura? Visto que apenas no passado ano com a publicação da Portaria 756/2009 de 14 de Julho - Criação da função de professor bibliotecário esta figura passa a ter um papel crucial na dinâmica das Bibliotecas Escolares**

**Paulo Fernandes** - É um bom caminho mas no meu entender não é suficiente pelo que acho que a componentes dos auxiliares. Os municípios também, um tempo havia, digamos só a figura, digamos do bibliotecário, ou a figura digamos do técnico profissional,



são figuras relativamente recentes do universo das autarquias. São figuras que se calhar tem quinze anos dentro do que é o universo do trabalho das autarquias e nós já nos apercebemos e eu já me apercebi que as vezes tão ou mais importante ter de facto o técnico superior evidentemente, o professor dentro do que é essa carreira nas áreas da biblioteca é muito importante ter digamos as pessoas com a formação média, e há pessoas que hoje nós chamamos auxiliares, que com formação que tem até algumas até já tem formação muito mais do que a escolaridade obrigatória poderíamos de facto ter aqui um dentro de quadro intermédio que parece-me que sem essa capacidade de reconvertermos ou qualificarmos ou especializarmos se quisermos essas pessoas podemos não ter depois energia suficientes que para um lado ter um grande corpo de auxiliares e depois por assim dizer também a necessidade de começarmos a ter estruturas intermédias e aí acho que é uma das questões que mais uma vez nas escolas deviam abrir e ver nos seus quadros e agora que algumas podem começar a ter quadros de autonomia que está tão na voga está tão em cima digamos da mesa que acho que é uma das questões que devem de facto olhar para aquilo que é as suas necessidades o que é que é o seu projecto educativo que é que é a sua interacção com o projecto digamos do seu território digamos municipal por assim dizer, onde se inserem e procurarmos aqui as soluções partilhadas e as respostas partilhadas onde os quadros intermédios também tem um papel muito importante a dizer.

**9. Os conceitos “Joint-use libraries” e “Dual use libraries” já largamente implementado em países como os EUA, o Canada a Austrália e na Europa do norte. Sendo este países “ricos/ desenvolvidos” não fará muito mais sentido em países com menores recursos, como o nosso, a implementação deste conceito? E efectivar a rentabilização dos espaços e recursos materiais e humanos disponíveis numa determinada comunidade?**

**Paulo Fernandes** - Sim sem dúvida. Mais uma vez, a questão coloca-se muito da escala, como nós sabemos processos desses, processos digamos de partilha de espaços partilha institucional, de cooperação verdadeiramente activa existem, mas no nosso país, mas existem geralmente a uma escala local, não são por assim dizer promovidos e fomentados, vamos chamar pelas boas práticas ou por uma lógica menos formal. Porque se formos ver bem a diferença entre um espaço partilhado, entre a biblioteca pública puder funcionar para um lado e as redes de bibliotecas escolares puder funcionar para outro, vamos lhe chamar em termos do que é, que é a diferença para a avaliação de cada um dos processos individualmente



falando por parte das suas instituições que tutelam pode não ser nenhuma. Ou seja não há por assim dizer uma penalização, ou uma obrigação, digamos formal legal, que as coisas estejam profundamente interligadas com profundidade, ou seja, fala-se, deve haver relações, e não sei o que, mas mais uma vez, o processo depois de cada um o desenvolve e nós sabemos que mesmo a escala local as relações nem sempre são fáceis entre instituições, entre as instituições escolares, entre a instituição município, e já nem falo de outros sectores como universitários que funcionam muitas vezes numa lógica muito fechada. Por isso eu considero que aqui a questão principal há boas práticas a nível local, mas nem sempre essas boas práticas depois são devidamente tidas em conta como experiencia não conseguem muitas vezes extrapolar-se e disseminar-se nem se lhes conseguem dar atenção nacional. É, necessário, uma perspectiva, de que pelas boas práticas lá fossemos. Se esses países, têm de facto esses processos é porque esses processos possivelmente até começaram por boas práticas mas com um ponto em que subiram digamos para linhas de política e tornaram-se de facto possivelmente eixos ou linhas de acção em termos do que é o fomento e a partilha e o desenvolvimento do que é a oferta pública da biblioteca seja ela de natureza pública privada, cooperativa, social etc. etc. De facto essas relações entres esses diferentes aspectos, nos países ditos desenvolvidos são muito mais fortes mesmo sabendo que nos países ditos desenvolvidos também há uma maior estratificação em termos do que é por assim dizer o nível do acervo e a qualidade dos espaços sucedentes. Há respostas onde há uma hierarquia maior digamos por assim dizer dos contextos socioeducativos que existam, mas a verdade é que funcionam e há uma universalização muito maior e a respostas vamos lhe chamar mais personalizadas. É que a questão, que permite de facto esse tipo de parecerias é que quando são institucionalizadas quando são fomentadas de cima para baixo e não só muitas vezes, só a nível digamos local, quando de facto esses dois movimentos estão de facto perfeitamente estipulados diria quase obrigatórios, para digamos atingir melhor os nossos objectivos, é que de facto conseguimos, muitas vezes ter, não vamos lhe chamar soluções chapa 5 mas começamos a ter soluções personalizadas para a melhor resposta para aquele território para aquela comunidade para aquele grupo-alvo para aquela necessidade para aquele problema conseguimos dar respostas muito mais personalizadas

10. Quais os maiores obstáculos se poderão colocar à implementação destes conceitos?



11. Para uma efectiva concretização do “Joint-use libraries “ e “Dual use” embora o espaço possa ser comum, como observa a constituição de equipas de trabalho, organização e gestão de recursos humanos?

11.1. E a gestão de espaços e recursos materiais? (**Questões não efectuadas**)

**12. Alguns autores como Sharon Honig-Bear, Willian Miller e Rita Pellen, entre outros, referem que o maior problema para a implementação do “Joint-use” e “Dual-use” está relacionado com o sentimento de posse dos intervenientes, da gestão de orçamentos e dos recursos humanos. Que comentário faz a essa situação?**

**Paulo Fernandes** - Quando as questões, não são colocadas, vamos lhe chamar, à vontade digamos das pessoas, que estão à frente das entidades, evidente que aí o problema, avanças, porque da dinâmica, do perfil, da visão, da bondade, do popular, do director, do coordenador, do político, digamos, está por assim dizer a prática da acção em termos do que é a partilha e a cooperação, de acervos de logística de equipamento de pessoal etc. Etc. Entramos de facto depois numa espécie de balcanização digamos no processo, numa lógica, digamos, dos pequenos poderes onde estamos quase sempre a falar de sistemas verticalizados e com muita pouca relação, entre outros, sobre o sistema escolares funciona, sobre o sistema municipal funciona, sobre os sistema universitário funciona, e depois as diferentes tutelas vão funcionando e cada recompre a sua missão. Eu acho que as sinergias entre as coisas são absolutamente de facto essenciais, mas num país como o nosso, que sofre um pouco esse problema de alguma automatização, ou seja, temos, aqui de facto realidades sempre muito pequenas, temo um grave problema de escala não temos um problema de interlocutores porque não temos, temos é acima de tudo um problema de falta de políticas. Falta-nos muito uma orientação clara do que é políticas ditas intersectoriais. Porque, sempre nesta lógica, de cada ministério, e de tudo aquilo, que é titulado e o de lado não pode evidentemente criticar ou fazer graal, que de facto a beliscar as competências do ministério de lado faz com, que esta burocracia associada, essa administração pesada e não muito entendível, para o comum cidadão, faz com que, muitas vezes se perca muita eficiência exactamente, por essa falta de cooperação, que mais não é sobcatal falta de uma politica sectoriais claras e objectivos muito mais diria transversais, muito mais objectivos, com carácter mais estratégico, mais quantificado onde ficamos muitas vezes por estatísticas muito segmentadas, digamos, de fácil leitura, ou melhor de fácil justificação mas, que não correspondem de facto a uma verdadeira leitura, as vezes, da situação, e acima de tudo não incorporam a lógica do custo beneficio, que qualquer politica pública, deve hoje em dia dar resposta.

**13. Os mesmos autores referem que para uma eficaz parceria/ partilha entre as instituições deve ser implementada uma atitude dos 5 C “Collaborate, Communicate,**



**Cooperate, Change and Challenge.”. Na sua perspectiva acrescentaria mais algum passo/ atitude?**

**Paulo Fernandes** - Sim, há aqui uma questão que é prévia que é a concertação. Seja, nós sem dúvida para colaborarmos, para cooperarmos, para sermos agentes duma determinada mudança, para termos por assim dizer indicadores e metas comuns, há uma questão prévia que é termos estruturas de construção comum, ou seja, eu para interagir com uma escola tenho de ter o mínimo conhecimento do que é essa escola, e vice-versa, a escola tem de ter o mínimo conhecimento do, que é o funcionamento do município, dentro dessa valência. Pois sem concertarmos bem, o que possam ser os objectivos, o que pode ser um modelo de trabalho, um modelo para a cooperação, sem concertarmos o que é que podem ser, digamos, metas comuns, sem essa fase, de alguma forma prévia, que se centra muito no conhecimento maior de que cada um pode fazer, do que são as capacidades, do que é que são as limitações, dificilmente até, para ganharmos a confiança, porque aí, no meio desse processo obviamente, há relações de confiança que se estabelecem, relações pessoais que se estabelecem entre diferentes agentes do processo. Por isso, é muito importante, haver estas plataformas de concertação, que no nosso país possam ser por exemplo, o pelouro municipal da educação por exemplo, que deve abrir, dentro da sua forma de trabalho, deve abrir claramente, um grupo de trabalho, que seja implicada a componente da leitura, ou das bibliotecas públicas, ou da rede municipal, o fim ao cabo, há um grupo de trabalho que se estabelece em permanência, porque sem isso, sem de facto essas plataformas de concertação, depois dificilmente, podemos ir, até podemos desenvolver uma acção, mas ela pode ser eventualmente desproporcionada, para mais ou para menos, dentro do seus objectivos, pode ferir de alguma fraca sustentabilidade futura se não for muito de facto concertada, e eventualmente, até por falta de concertação pode, digamos, arriscar-se a nem sequer avançar, porque não houve, digamos, um limar de arestas, um limar de diferenças, digamos, que seja facilitador, do processo de comunicação, essencial e em permanência, que faz com que muitos dos obstáculos sejam ultrapassados.

**14. O Professor Bibliotecário, como um estratega, é uma peça fundamental para esta mudança?**

**15. Por último, gostaria de acrescentar mais algum aspecto significativo que considere pertinente para esta abordagem?**

**Paulo Fernandes** - Olhe, há hoje uma questão que me diz muito, a esse que é o nosso território, o território do interior que é como nós vamos trabalhar na baixa densidade. Porque, efectivamente o país é o que é, e estamos obviamente num país a várias velocidades.

Segundo a óptica, mas na óptica do chamar da densidade, das densidades em termos de desenvolvimento claramente, temos aqui a questão do Portugal do interior e a questão do Litoral. E as soluções, podemos estar a falar, e as propostas e as metodologias, e as plataformas, podemos estar a falar nem que seja, muito que as empresas tenham escala, muito



interessantes e, até possam ter até uma apetência grande no litoral, que pode não fazer qualquer sentido quando estamos a falar na baixa densidade. Porque na baixa densidade, quer queiramos quer não, o grande desafio, nos próximos anos, eles querem uma Europa evidentemente, numa cidadania europeia o que é são os direitos de trabalharmos equitativamente as pessoas e, que as pessoas tenham acesso aos diferentes bens, e aos bens primários evidentemente, e os bens da educação também mas numa forma no meu entender mais equitativa, mas pelo menos acesso era obrigatória, acho que um Europa, numa país como nosso, numa Europa ocidental, acho que outra coisa, não podemos, obviamente, deixar de exigir, é de facto mobilidade de recursos e a mobilidade da informação, e no que toca as bibliotecas, esse também vai ser, no interior do país, esse vai ser de facto uma das questões importantes do futuro, se já é, se formos ver, já o é.

Hoje, se pensarmos, que evidentemente grande parte da nossa população pode não viver na cidade, temos uma grande pulverização de pessoas, temos muitos alunos, que são de diferentes das áreas mais rurais, em que não justifica de facto termos em cada local uma biblioteca como é obvio ou uma escola de leitura, mas temos que encontrar a mobilidade dos recursos, por isso os princípios com a biblioteca itinerante os princípios como são as plataformas de informação, digitalização são áreas de comunicação, as tecnologias de informação e comunicação, e por outro lado a mobilidade dos recursos, sejam os humanos, sejam os recursos físicos, como num país não muito distante se fez, como o projecto da Gulbenkian por exemplo, foi um projecto absolutamente extraordinário, em numa altura em que o país não tinha, evidentemente, os recursos que já passou a ter, e que era um modelo, era de facto, um bom modelo e funcionava, eu acho que nós temos, hoje temos vantagens enormes em relação a esse modelo, penso que nessa altura era um modelo centralista, ao fim ao cabo, um modelo nacional hoje, temos de facto felizmente capacitações regionais e locais, que permitem de facto relações de proximidade muito menores, e com e qual valores que possam ser respostas mais atípicas. Por isso eu deixava de facto essa questão, porque em tudo o que falamos se olharmos, devemos de facto, hoje e são necessárias novas respostas, em termos do que é a mobilidade de recursos, também a racionalização de meios, em termos do que são hoje dois terços do país que se enquadraram dessa lógica mais a baixa na densidade. E isso de facto é uma questão muito interessante de se trabalhar, de se estudar que tem muitas derivações e muito menos, pode ter muitas derivações, também quando estamos a falar na questão das bibliotecas, quando estamos nas redes das bibliotecas, acho que na nossa zona paralelamente é fundamental o reforço do, que são as unidades móveis acho que é uma



---

questão hoje em dia é essencial, se assim quisermos continuar achar que um livro os fundos documentais da biblioteca são de todo o desenvolvimento pessoal e desenvolvimento cultural do nosso país que eu considero e coloco neste patamar.

Bem-haja pela sua colaboração!

Pedro Rafael Neto Gomes